

EXPULSAO  
SUPEREXPLORAÇÃO EXPROPRIAÇÃO EXPULSAO  
MEDO VIOLÊNCIA MEDO VIOLÊNCIA  
TAXAÇÃO TAXAÇÃO TAXAÇÃO TAXAÇÃO

**NEGÓCIOS DAS**

# INÍCIAS

NA BAIXADA FLUMINENSE & ZONA OESTE/RJ

REALIZAÇÃO

APOIO



HEINRICH BÖLL STIFTUNG  
BRASIL

2119.04

+135.08 +2.3%

11126.98

2535 +13%  
878 +2.4%

FALSIFICAÇÃO

EXPULSÃO CONFLITOS ARMADOS

SUPEREXPLORAÇÃO ASSASSINATOS

MEDO **VIOLÊNCIA**

TAXAÇÃO MONOPÓLIO  
ACUMULAÇÃO DE CAPITAL COMERCIAL



VIOLÊNCIA

TAXAÇÃO

VIOLÊNCIA

TAXAÇÃO

NEGÓCIOS DAS

INICIATIVAS

NA BAIXADA FLUMINENSE & ZONA OESTE/RJ



NEGÓCIOS DAS

# MILÍCIAS

NA BAIXADA FLUMINENSE & ZONA OESTE/RJ

## FICHA TÉCNICA

### REALIZAÇÃO

Iniciativa Direito à Memória e  
Justiça Racial - IDMJR

### COORDENAÇÃO

Fransérgio Goulart e  
Giselle Florentino

### PRODUÇÃO DE DADOS

Giselle Florentino  
Fransérgio Goulart  
Patrick Melo  
Caio Reis

### DIAGRAMAÇÃO

Giselle Florentino

Avenida Erasmo Braga, 277, Centro/RJ

CEP: 20020-000

Idioma Original Português

Publicado originalmente em 2024 pela Iniciativa Direito à Memória e  
Justiça Racial

Todos os direitos reservados. Esta publicação possui  
direitos autorais, mas pode ser reproduzida livremente  
por quaisquer meios, para fins educacionais, de  
militância e de campanhas, não podendo ser  
comercializado.

Para saber mais da IDMJR: <https://dmjracial.com/>



## IDMJRacial

A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial — IDMJR é uma organização que atua com ações de enfrentamento à violência de Estado.

Buscamos debater Segurança Pública na Baixada Fluminense a partir da centralidade do racismo. Pois, a estrutura racista do Estado define as diferentes faces do genocídio para populações negras de periferias, subúrbios e favelas.

Nossa atuação territorial é desenvolvida na região da Baixada Fluminense - RJ e visa a construção de políticas de segurança pública pautadas na vida, na garantia do direito à memória para vítimas e familiares da violência de Estado com centralidade no enfrentamento ao racismo estrutural e reivindicação por justiça racial.

A IDMJR é composta por uma equipe de diferentes campos dos saberes que produz contranarrativas sobre violência de Estado e da luta antirracista nas periferias.



## APRESENTAÇÃO

A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial entende a importância da construção de contranarrativas negras, periféricas e faveladas sobre Segurança Pública para combater o racismo estrutural e a reprodução de narrativas racistas na mídia hegemônica que apenas colaboram para a criminalização de corpos negros.

Por isso, reiteramos a necessidade de movimentos sociais e organizações sociais promoverem a produção e sistematização de indicadores sociais, principalmente de indicadores sobre violência de Estado. A publicação deste relatório reflete a relevância das organizações sociais no monitoramento e controle da política de segurança pública. Afinal, as estatísticas oficiais do Estado apenas reiteram a ideologia e os resultados das opções políticas dos governos.

Neste relatório, buscamos compreender as novas formas de atuação das frações de milícias na Baixada Fluminense e Zona Oeste do Rio de Janeiro, que não se limitam apenas ao varejo de drogas e comércio de armas. Pelo contrário, já atuam em diversas cadeias produtivas, seja no âmbito formal ou informal, chegando até a operar em uma série de políticas públicas nos territórios predominantemente negro, favelados e periféricos.

Produzimos também uma avaliação sobre os impactos da produção legislativa no fortalecimento das milícias, principalmente no setor imobiliário fluminense. Além de entrevistas com Procuradores da República expondo os principais desafios de controle e fiscalização da atuação das milícias no Rio de Janeiro.

A produção de contranarrativas para expor as cotidianas violações de direitos humanos provocadas pelo Estado, também é um instrumento para garantir a sobrevivência do povo negro, a manutenção da memória e do legado de vítimas da violência do Estado e a promoção de justiça racial para o povo negro.

Boa Leitura.

# MERCADOS DOMINADOS POR MULICHANOS

NA BAIXADA FLUMINENSE & ZONA OESTE/RJ



A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial - IDMJRacial está provocando um debate para compreender as articulações e os impactos das frações de milícias para além da dinâmica de segurança pública. Atualmente as milícias operam em várias instâncias do mercado formal e informal - não sendo exclusivos aos negócios do varejo de drogas e comércios de armas.

Para ter a dimensão do impacto e do poder das milícias no Rio de Janeiro, a IDMJRacial elaborou um mapeamento de atuação das atividades econômicas das frações de milícias que atuam na Baixada Fluminense e na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Buscamos identificar quais setores de atividade econômicas (formais e informais) as milícias estão inseridas.

Para enfrentar tal desafio, a IDMJRacial utilizou uma série de instrumentos metodológicos, como grupos focais com moradoras e moradores do território, coleta de reportagens nos principais meios de comunicação, documentos de investigações realizadas pelas instituições policiais e judiciais e produção de estimativas de lucratividades e marcadores populacionais.

Nosso interesse é estimular que outras organizações sociais, coletivos, movimentos sociais e pesquisadores possam enfrentar esse desafio conosco para identificar os tentáculos de poder das milícias, bem como, fomentar novos dispositivos de controle e fiscalização da atuação nociva das milícias nos territórios, que além de provocar o terror para a vida de moradoras e moradores, também implementa novos modelos de negócios altamente expropriadores e privatistas, baseados em monopólios nas ofertas de bens e serviços nessas áreas.

A IDMJRacial identificou de 2019 à 2023 um total de **61 negócios dominados pelas milícias na Baixada Fluminense e na Zona Oeste/RJ**. Ao contrário das facções de tráfico, as milícias não ficam restritas à atuação nos mercados de drogas e armas, seu modelo de negócio inclui desde a privatização de políticas públicas, até mesmo a falsificação de produtos, ofertas de serviços de segurança, telecomunicações e transportes.

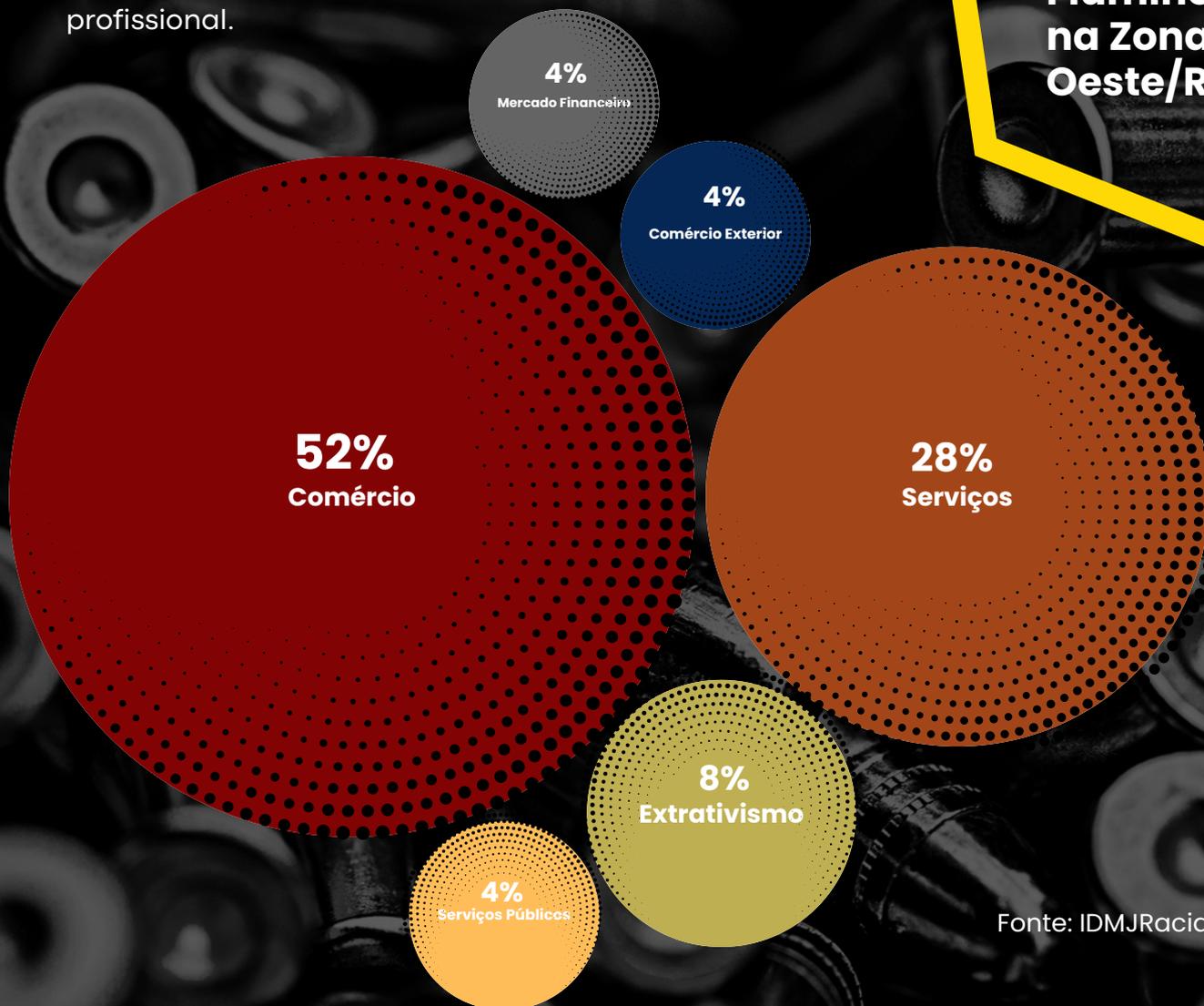
**2019 à 2023**  
**61 Negócios**  
**dominados pelas Milícias**



Através do nosso mapeamento, identificamos 6 setores de atividades econômicas formais que possuem atuação e/ou domínio de milícias na região da Baixada Fluminense e Zona Oeste/RJ. Em que 52% dos negócios no setor formal das milícias estão ligadas ao Comércio, 28% ao Serviços, 8% ao Extrativismo e 4% ao Mercado Financeiro, Comércio Exterior e Serviços Públicos. Optamos por utilizar a categoria de setores de atividade econômica formal e informal como um dispositivo pedagógico de compreensão das dinâmicas de poder e lucratividade das milícias. Entretanto, há áreas de atividades das milícias que perpassam o âmbito formal e informal ao mesmo tempo, como o caso da prestação de serviços de segurança privada.

Os dados oficiais da RAIS/MTE identificaram somente 60 empresas de segurança privada atuando na Baixada Fluminense de forma legalizada. Conforme a nossa pesquisa e investigação, identificamos 110 empresas de vigilância e segurança privada na região, sendo que 70% dessas empresas não possuem autorização da Polícia Federal para exercer a prestação de serviços de segurança privada. É completamente inaceitável que não haja a execução de fiscalização e regras mais severas na regulamentação de empresas de segurança privada. Haja vista, que são as principais fontes de desaparecimento e desvio de armas de fogo no Brasil e apenas legitima os interesses privados dentro da lógica do Estado que não promove regulação deste setor produtivo, abrindo espaço para informalidade e completo descontrole da atuação profissional.

## 6 Atividades Econômicas dominadas pelas Milícias na Baixada Fluminense e na Zona Oeste/RJ



# DO FORMAL AO INFORMAL

# 700005

## ATIVIDADES ECONÔMICAS DOMINADAS PELAS MILÍCIAS



Um dos setores de atividades formais mais afetados pelo domínio e inserção das milícias é o Comércio, desde lojas de artigos infantis, postos de gasolinas, restaurantes, lanchonetes até mesmo a venda de cosméticos e eletrônicos importados. Ressalta-se que a atuação de milícias não se limita a compra e venda de produtos, mas também a taxaço sob o argumento de promoção da "segurança" no local.

Atualmente as milícias já estão atuando com importações de eletrônicos, operando no Comércio Exterior e atualizando o fornecimento de serviços de TV e Internet, que antes era cabeado e agora já incorpora aparelhos com acesso a canais de assinatura via internet e ampliação da distribuição de internet em áreas que não contam com o fornecimento de agências de telecomunicações formais. Ressalta-se que o Porto de Itaguaí fica localizado em uma área fundamental de domínio e controle das milícias na Zona Oeste.

Outro setor com ativa participação das milícias é o de Construção Civil, já temos toda a cadeia produtiva cooptada por esses grupos. Desde processos de regularização fundiária, empresas de terraplanagem, empreiteiras até a comercialização no setor imobiliário bem como, nos impactos do desenho da implementação de políticas públicas de habitação, como o Programa Minha Casa e Minha Vida.



ATIVIDADES ECONÔMICAS  
DOMINADAS PELAS MILÍCIAS



## Comércios



- Construção Civil
- Empresas de Terraplanagem
- Eletrônicos Importados
- Farmácias
- Haras
- Lojas de Artigos Infantis
- Lojas de Conveniência
- Lojas de Material de Construção
- Postos de Gasolina
- Restaurantes e Lanchonetes
- Cosméticos
- Supermercados
- Venda de Gelo
- Venda Imóveis

Fonte: IDMJRacial



METRÓPOLES

Assine nossas newsletters

Busca

Brasil

# Milícias do Rio investem em importações para expandir "Gatonet"

Em 2020, foram apreendidas mais de 1 milhão de TVs Box (aparelho que dá acesso ilegal a canais por assinatura) – a maioria em portos do Rio

Adriana Cruz

09/04/2021 04:26, atualizado 09/04/2021 10:30



http://

ATIVIDADES ECONÔMICAS  
DOMINADAS PELAS MILÍCIAS



## Serviços



Clínicas de Estética  
Água  
Clubes de Tiro  
Empresas de Segurança  
Privada  
Energia Solar  
Luz  
Salão de Festas

## Mercado Financeiro



Criptomoedas

## Serviços Públicos



Posto de Saúde

Fonte: IDMJRacial

Ao olharmos a prestação de serviços, identificamos uma ampla atuação das milícias, desde o fornecimento de segurança privada, entretenimento até mesmo a distribuição de água e energia elétrica. Identificamos uma série de denúncias de "apagões" provocados por grupos de milícias para forçar moradoras e moradores da Zona Oeste/RJ a pagar taxas para ter acesso à energia e também à manutenção do serviço feito exclusivamente por fornecedores comandados por essas frações de milícias.

Assistimos também ao monopólio de preços e produtos instaurados pelas milícias nessa região, criando uma espécie de reserva de mercado para essas empresas. Afinal, utilizam do poder territorial para forçar moradores e moradoras a consumir exclusivamente com esses prestadores de serviços. Em que a violência não é apenas utilizada para produção de terror territorial e conflitos armados, mas também um dispositivo de lucratividade e expansão financeira para as milícias.

Ademais, assistimos também o avanço das milícias no âmbito do mercado financeiro, via operações em criptomoedas, plataformas de jogos esportivos e empréstimos, bem como, a operacionalização de políticas públicas de saúde através de cobrança de um carnê de pagamentos para permitir o atendimento de moradoras e moradores nas Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

# DE PODÓLOGO A CRIPTOMOEDAS, OS TENTÁCULOS FINANCEIROS DA MILÍCIA

Série em cinco capítulos detalha disseminação, financiamento e crimes das milícias do Rio; primeira reportagem mostra a teia de negócios que alimenta os cofres do crime

Por **Rafael Galdo**, **Rafael Soares** e **Selma Schmidt** — Rio de

Haja vista, que há intensificação do uso de tecnologias nos meios de pagamentos, as milícias também se adaptaram as novas realidades, ainda mais em um mercado que possui poucas regulamentações e pouquíssimas formas de controle e fiscalização.

E uma dessas inovações também ocorre no âmbito territorial com as novas articulações com poderes locais, como as lideranças do jogo de bicho, que não ficam mais apenas nas relações de fornecimento de segurança privadas. Mas, também como parceiros na atuação de plataformas de apostas em jogos esportivos, como as Bets, casas noturnas e entretenimento adultos.

Nem mesmo o setor extrativista escapa da influência e domínio das frações de milícias, já ocorre a extração de areia em Áreas de Proteção Ambiental - APA, apenas na APA de Nova Iguaçu foram identificados 8 areais clandestinos em funcionamento.

Segundo o Relatório da Ação Contra os Crimes Ambientais, Minerais e Tráfico de Animais Silvestres (ACCAMTAS) mostra que os municípios de Seropédica e Itaguaí são

responsáveis pelo fornecimento de 85% da areia da região metropolitana do Rio de Janeiro. Conforme o Relatório de Anual de Lavra de 2022, a região hidrográfica produziu ilegalmente cerca de dois milhões e 300 mil toneladas de areia.

As empresas de mineração comandadas por milicianos buscam baratear os custos de matéria-prima para o setor de Construção Civil, bem como, o uso de instrumentos de grilarem e regularização fundiária para explorar o mercado imobiliário em áreas dominadas pelas próprias milícias. Além de atuar no roubo de combustíveis diretos dos dutos da Transpetro e da Petrobras.



**Extratativismo** 🔍

- Extração de Areia
- Mineração
- Combustíveis em Dutos

Fonte: IDMJRacial

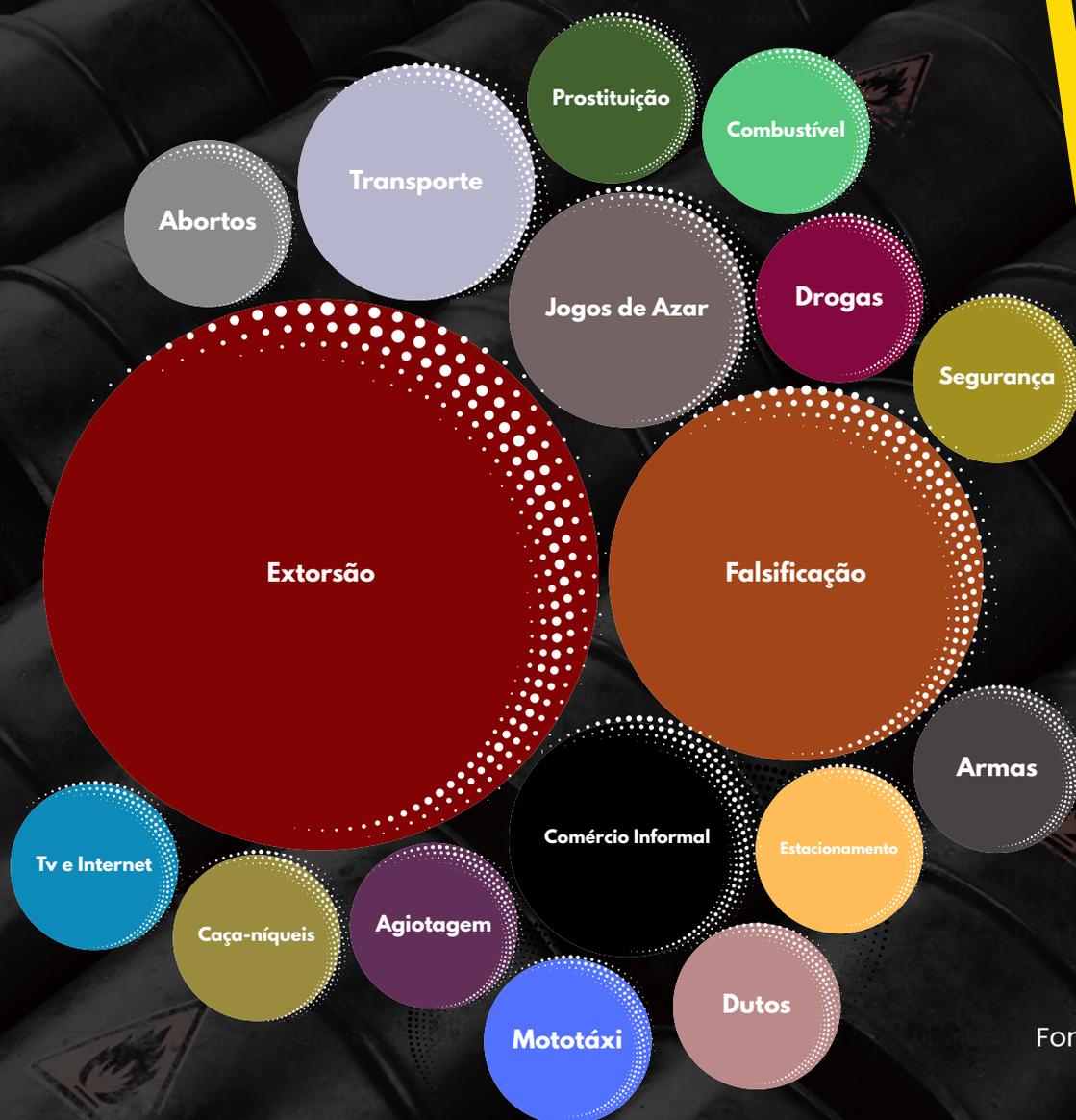


O mapeamento realizado pela IDMJRacial identificou 17 atividades econômicas informais dominadas pelas milícias, que vão desde dispositivos de extorsão, jogos de azar, falsificações, comércio informal a clínicas de aborto e prostituição.

As milícias estão aumentando sua participação no comércio internacional, com a ampla importação de produtos falsificados, compra de materiais eletrônicos e tecnológicos, bem como, os investimentos em tráfico humano de pessoas e investimentos nas redes de trabalho sexual e comércio de órgãos humanos.

Algumas Clínicas de Saúde e Estética já estão sob domínios de lideranças de milícias que atuam com procedimentos estéticos até realizações de abortos em mulheres. Há uma diversidade de atuação lucrativa das milícias e o estabelecimento de seus monopólios de poder e força, estamos diante de um grande conglomerado que utiliza da violência, da reserva de mercado e da prestação de bens e serviços para dominar um extenso território, tudo isso sob a conivência e omissão do próprio Estado.

## 17 Atividades Econômicas informais dominadas pelas Milícias



Fonte: IDMJRacial

## Falsificação

171

Bebidas

Cigarros

Cosméticos

Transporte e entrega de mercadorias falsificadas

Vestuário



## Extorsão

157

Taxas para Lixões Clandestinos

Taxas para Reciclagem de lixo

Taxa de Segurança

Taxa para Empreiteiras

Taxa para Realização de Eventos

Taxa para Recarga de Riocard e Celular

Taxa para uso de Luz

Taxa sobre Trabalhadores Informais

Taxas para Empresas de Entregas

Taxas para Meninos no Sinal



A IDMJRacial identificou um grande universo de produtos falsificados pelas milícias, o já tradicional comércio de cigarros e bebidas falsificados que atinge altas cifras de lucratividade, assim como os itens de vestuário e cosméticos.

Os produtos fabricados e/ ou envazados no local, como álcool em gel, xampus e cremes para cabelos, são vendidos para salões de beleza do Rio, da Baixada Fluminense, de Niterói e de São Gonçalo, o faturamento mensal deste tipo de empresa chega a cerca de R\$ 1,2 milhão.

As milícias estão atuando em toda cadeia produtiva desde fábricas de falsificação, barateamento de matérias-primas, armazenamento, logística e entregas de produtos. O modelo de negócios de atuação das milícias incluem a prestação de serviços, a venda de produtos e também a determinação de taxas para comerciantes, empresários e moradores.

Toda essa movimentação financeira apenas é possível devido a articulação direta com instância do Estado, ressalta-se que na próprio Parlamento fluminense há deputadas e deputadas com envolvimento direto com frações de milícias, bem como, parcerias dentro do poder judiciário e a relação embrionária das instituições policiais com as milícias. Afinal, as milícias são grupos formados por agentes ou ex-agentes de segurança pública, suas lideranças são em maioria de homens brancos, cis, heteronormativos, e evangélicos.

Em um cenário de consolidação da milícia como um projeto político do Estado para áreas suburbanas, favelas e periféricas, o controle da gestão e organização de políticas sociais nesses territórios predominantemente de negros e pobres são controlados por essas organizações políticas que estão no interior do Estado. Entendemos que a Milícia não se limita a ser apenas um projeto de segurança pública, mas, a principal coalizão que organiza e controla a execução de políticas sociais em áreas Faveladas e Periféricas.



# EXTORSÃO

## A MÁQUINA DE FAZER DINHEIRO DA MILÍCIA

A forma de funcionamento do modelo de negócio das milícias ainda não é totalmente compreendida pelos principais analistas da área de violência. Nossa intenção é fomentar mais discussões e debates sobre os braços financeiros e empresariais destes grupos. Uma das principais diferenças das milícias com as facções de tráfico é o uso de dispositivos de acumulação de lucros através da extorsão. Além do processo de prestação de bens e serviços, as milícias também atuam com a imposição de taxas para moradoras e moradores, comerciantes e empresários nos territórios.

A IDMJRacial identificou 10 tipos de serviços que contam com a cobrança de taxas de utilização dos espaços em áreas da Baixada Fluminense e Zona Oeste/RJ. Desde de cobrança de pagamentos a empreiteiras, até os meninos que trabalham em sinal, devem fazer pagamentos aos milicianos. Os valores pode variar desde R\$ 1,50 para realizar as recargas em cartão Rio Card até R\$ 24 mil para realização de obras de empreiteiras.

Em áreas comandadas pela milícia a distribuição dos apartamentos do Minha Casa e Minha Vida, fornecimento de gás, TV, comércios, estacionamento, entre outros serviços, são executadas por diferentes frações de milícias que disputam o controle político do território. Tornando esses territórios mais um espaço de alavanca de acumulação do capital, a completa ausência da prestação de serviços públicos para a população abriu espaços de negócios para essas milícias cobrarem valores absurdos da população, que antes, sob o poder das facções de tráfico, não vivenciava isso.



A IDMJRacial identificou uma forma de modus operandi das milícias para instaurarem seu modelo de negócio. Inicialmente privatizam os serviços públicos oferecidos, como a cobrança da taxa de segurança nos territórios ou uso de carnês de pagamento para permitir que moradoras e moradores acessem os serviços da unidade básica de saúde. Em seguida, determinam a compra de produtos ou prestações de serviços realizados exclusivamente por suas empresas - uma boa parcela dessa oferta de produtos é oriunda de falsificações. Logo, a população fica refém dos preços e completamente dependente dessas empresas, sem nenhuma opção de escolha de diversidade ou qualidade de ofertas de produtos e serviços. Ressalta-se que essas determinações são realizadas através de instrumentos de coação, ameaça e violência, configurando uma espécie de reserva de mercado e um amplo monopólio comercial destas empresa baseados na intimidação.

Essas frações de milícias também estão no desenvolvimento do controle, armazenamento e logística de produtos, sejam de origem de importação via portos ou de origem nacional via deslocamento regional através de rodovias. Outro ponto importante que esses grupos estão expandindo seus negócios é para lavagem de dinheiro e evasão de divisas, estão utilizando mercados financeiros digitais, como criptomoedas e as plataformas de apostas esportivas online para lavar dinheiro e evadir divisas.

As Bets estão sendo utilizadas por esses grupos de milícias para lavagem de dinheiro e envio de remessas de lucros para paraísos fiscais. Essas plataformas digitais de apostas facilitaram o processo de lavagem de dinheiro, o que antes era investido em casa noturnas, entretenimento adulto, criação de espaços físicos com necessidades de emissão de notas fiscais de fornecedores e uma série de instrumentos burocráticos - como alvará de funcionamento, CNPJ, entre outros. Atualmente pode ser rapidamente resolvido com a criação de um login online e o envio de dinheiro para apostas.

## MÉTODOS DE ATUAÇÃO



Privatização de Serviços Públicos



Cobrança de Taxas



Monopólio de Venda



Falsificação de produtos



Controle do Armazenamento e Logística



Lavagem de Dinheiro



Evasão de Divisas

# LUCROS DAS MILÍCIAS

## ESTIMATIVAS DA LUCRATIVIDADE DAS MILÍCIAS NA BAIXADA FLUMINENSE E ZONA OESTE/RJ

A partir de documentos de investigações policiais, relatórios judiciais e informações de moradores, a IDMJRacial conseguiu construir uma estimativa de lucros anuais das milícias que atuam na Baixada Fluminense e Zona Oeste/RJ. A atuação dos braços empresariais e financeiros dessas milícias estão amplamente difundidos dentro da economia fluminense, seja em seu âmbito formal ou informal, o que dificulta o exercício de capturar toda a amplitude de sua estrutura.

Todavia, encaramos o desafio de tatear esse modelo de negócio, inicialmente selecionamos 15 negócios dos 61 que as milícias dominam e atuam. Optamos por um universo menor de setores formais e informais, dado a dificuldade de captura de informações e checagem de dados. Ao contrário do que é divulgado pela mídia, uma das principais fontes de renda e lucros das milícias são as áreas de mineração e mercado financeiro via criptomoedas, juntos são 83% dos R\$ 3,6 bilhão arrecadados pelas milícias Baixada Fluminense e Zona Oeste/RJ. Em seguida, a venda de gás, a falsificação de cigarros e Gato Net são mercados cativos destes grupos, acumulando receitas de R\$542 milhões.

Dos 15 negócios comandados por milícias identificamos uma lucratividade de R\$3,6 bilhões, sem incluir o comércio de drogas e armas. Estamos lidando com grupos armados com alto poder econômico e um grande domínio comercial e letal nos territórios que o Estado fez uma escolha política consciente em não promover acessos a serviços públicos básicos, a política de segurança pública deste Estado apenas reforça e amplia o poderio das milícias. Afinal, o resultado de uma política de segurança pública que envolve investimentos em armas de fogo, drones atiradores, caveirões e equipamentos que visam o abate e subjugação da população, fortalecimento da truculência policial, legislação que legitima e isenta o abuso policial somado ao esvaziamento e amplo sucateamento das políticas sociais não poderiam resultar em outra realidade: assassinatos, execuções, desaparecimentos forçados e pessoas privadas de liberdade no sistema carcerário.

**15 NEGÓCIOS DAS MILÍCIAS GERAM POR ANO**

**R\$ 3,6 BILHÕES**



As milícias da Baixada Fluminense e Zona Oeste/RJ lucraram R\$ 3,6 Bilhões que equivale a mais do que o Estado do Rio de Janeiro pretende investir em 2025 no orçamento público das políticas de Assistência Social, Direito Humanos, Cultura, Habitação somados juntos.

Em um cenário de consolidação da milícia como um projeto político do Estado para áreas suburbanas, favelas e periféricas. O controle da gestão e organização de políticas sociais nesses territórios predominantemente de negros e pobres são controlados por essas organizações políticas que estão no interior do Estado. Entendemos que a Milícia não se limita a ser apenas um projeto de segurança pública. Mas, a principal coalizão que organiza e controla os setores econômicos informais e a execução de políticas sociais em áreas Faveladas e Periféricas.

E fica um questionamento: se as milícias hoje estão dominando cadeias produtivas quase inteiras, vide o setor de construção civil, os trabalhadores que possuem vínculos formais ou informais de trabalho também são milicianos?

Do formal ao informal: Tudo 5!

## ESTIMATIVAS DA LUCRATIVIDADE DAS MILÍCIAS NA BAIXADA FLUMINENSE E ZONA OESTE/RJ

Negócios das Milícias	Faturamento Anual (R\$)
Mineração	R\$ 2.720.000.000,00
Criptomoedas	R\$ 336.000.000,00
Venda de gás	R\$ 320.000.000,00
Cigarros	R\$ 144.000.000,00
GatoNet	R\$ 78.000.000,00
Transporte por Aplicativo	R\$ 24.000.000,00
Haras	R\$ 19.000.000,00
Falsificação de Cosméticos	R\$ 14.400.000,00
Taxa de Luz	R\$ 8.190.000,00
Taxa para Empreiteiras	R\$ 3.600.000,00
Falsificação de Bebidas	R\$ 3.000.000,00
Agiotagem	R\$ 2.100.000,00
Falsificação de Vestuário	R\$ 2.000.000,00
Clínicas de Aborto	R\$ 1.600.000,00
Taxa de Mototáxi	R\$ 732.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.676.622.000,00</b>

**MILÍCIAS LUCRAM  
R\$ 3,6 BILHÕES  
POR ANO**

**AS MILÍCIAS LUCRAM MAIS  
DINHEIRO DO QUE O ESTADO  
INVESTE EM POLÍTICAS DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS  
HUMANOS, CULTURA E HABITAÇÃO  
JUNTOS.**

Fonte: IDMJRacial

# O ESTADO E AS MUNICÍPIAS

OS NEGÓCIOS PRIVADOS DOS ENTES PÚBLICOS





# PRODUÇÃO LEGISLATIVA E O FORTALECIMENTO DAS MILÍCIAS

Em vista dos recentes acontecimentos no desenrolar da investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e Anderson Gomes, há motivos para crer que questões de regularização fundiária – pelas divergências na votação do Projeto de Lei nº 174/2016 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tenham culminado na morte de Marielle. O projeto de lei em questão visava a regularização fundiária nas regiões de Vargem Grande, Vargem Pequena, Itanhangá e Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A delação de Ronie Lessa, que resultou na prisão dos possíveis mandantes do assassinato de Marielle, escancarou também o entranhamento entre milícias, policiais e políticos. Ronie chegou a falar em um dos seus depoimentos que o Rio de Janeiro é muito pior do que os investigadores imaginam no sentido do envolvimento visceral entre milícias, facções e delegacias loteadas, no qual cargos de poder são ocupados por pessoas que foram colocadas por interesses políticos, inclusive por milicianos.

Ainda no que concerne à morte de Marielle, o fato do pagamento ter sido a promessa de terrenos e construção imobiliária ganha um simbolismo cruel, ao materializar a relação das milícias, policiais, políticos e disputa por terras. A questão fundiária, o direito à cidade e à moradia são palco de disputa territorial por parte de organizações criminosas há décadas, e é preciso ter em mente que a maior parte dos defensores de direitos humanos nos programas de proteção estão ligados a questões fundiárias, territoriais e ambientais, bem como são responsáveis por colocar o Brasil como o país que mais mata ativistas.

Além disso, é notório que a milícia tem se expandido através do controle de loteamentos e condomínios e a capilarização das milícias na máquina estatal se apresenta como forma de expandir e garantir poder para as milícias, favorecendo a especulação imobiliária e a grilagem de terras. Um grande exemplo é o fato de outro famoso miliciano, Adriano da Nóbrega, ter sido denunciado por grilagem.

Ademais, é importante contextualizar historicamente a questão do uso e da posse da terra para compreender a fina relação entre a regularização fundiária e a política de segurança pública atual, principalmente a atuação das milícias.

## LEVANTAMENTO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS - 2021 À 2024 SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA ALERJ

A partir do projeto De Olho na ALERJ, construímos um levantamento de proposições legislativas na temática de regularização fundiária entre os anos de 2021 e março de 2024 e identificamos a protocolização de 74 indicações legislativas solicitando ao Poder Executivo que adote as providências necessárias para a regulamentação de imóveis, sendo 89% dos pedidos de regularização fundiária são em áreas da Zona Oeste. Nesse sentido, vale ressaltar que estas indicações legislativas solicitando ao Governo do Estado que adote as providências necessárias para a regularização fundiária ocorre na vigência do Programa Titula Rio, que entrou em vigor em 2021, sob regime de urgência, com autoria do Deputado Estadual Max Lemos (PSDB), com coautoria de diversos coautores, dentre eles cabe destacar o parlamentar Brazão. O Programa é executado diretamente pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado – ITERJ, em parceria com o Núcleo Municipal de Regularização Fundiária (NMRF) ou equivalente de cada ente municipal, contudo já existiam marcos normativos sobre o tema, a exemplo da Lei 13.465/17.

Importa destacar que o Programa Titula Rio, teve a finalidade de reproduzir quase na íntegra o Programa “Titula Brasil”, e recebeu diversas críticas de especialistas pela possibilidade de facilitar a grilagem de terras. O Programa transfere completamente a propriedade da terra para o beneficiário e dá a ele o poder de aliená-la em financiamentos bancários ou vendê-la. Todavia, considerando que os grupos prioritários são famílias de baixa renda, provavelmente não terão condições financeiras de subsistir na propriedade, é possível acreditar que serão estimulados a vendê-la para quem tem maior poder econômico, levando a maior concentração de terras.

# 89%

DOS PEDIDOS DE REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA SÃO NA ZONA OESTE.



Em nosso mapeamento de proposições legislativas identificamos 74 indicações legislativas distribuídas entre 21 municípios, divididos pelas Regiões Metropolitana (43), Sul Fluminense (13), Norte Fluminense (9), Noroeste Fluminense (2), Baixadas Litorâneas (4) e Centro Fluminense (2). Acrescente-se ainda que, na Região Metropolitana 6 municípios da Baixada Fluminense foram objeto das indicações, a saber: Belford Roxo, Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e São João de Meriti. Nos últimos 3 anos, 58% das matérias legislativas sobre regulação fundiária tratam de áreas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nesta perspectiva, importa enfatizar que a Baixada Fluminense tem sofrido com o crescimento das milícias no território, uma vez que a população vem sendo vítima dos ciclos constantes de violência em territórios dominados ou alvos de disputa pelas milícias.

Outro fator relevante é que as indicações foram feitas por apenas 5 parlamentares da Casa, e, dentre eles, 2 se destacam, sendo eles Jorge Felipe Neto (Avante) e Brazão (União), uma vez que ambos computam, respectivamente, 36 e 30 das indicações legislativas, cabendo destacar que Brazão ainda possui coautoria em mais 2 indicações. Portanto, representam sozinhos a quase totalidade das proposições apresentadas, cerca de 96%, enquanto apenas 3 partidos políticos são responsáveis por todos os pedidos de indicações legislativas sobre regularização fundiária, são eles: União, Avante e Podemos.

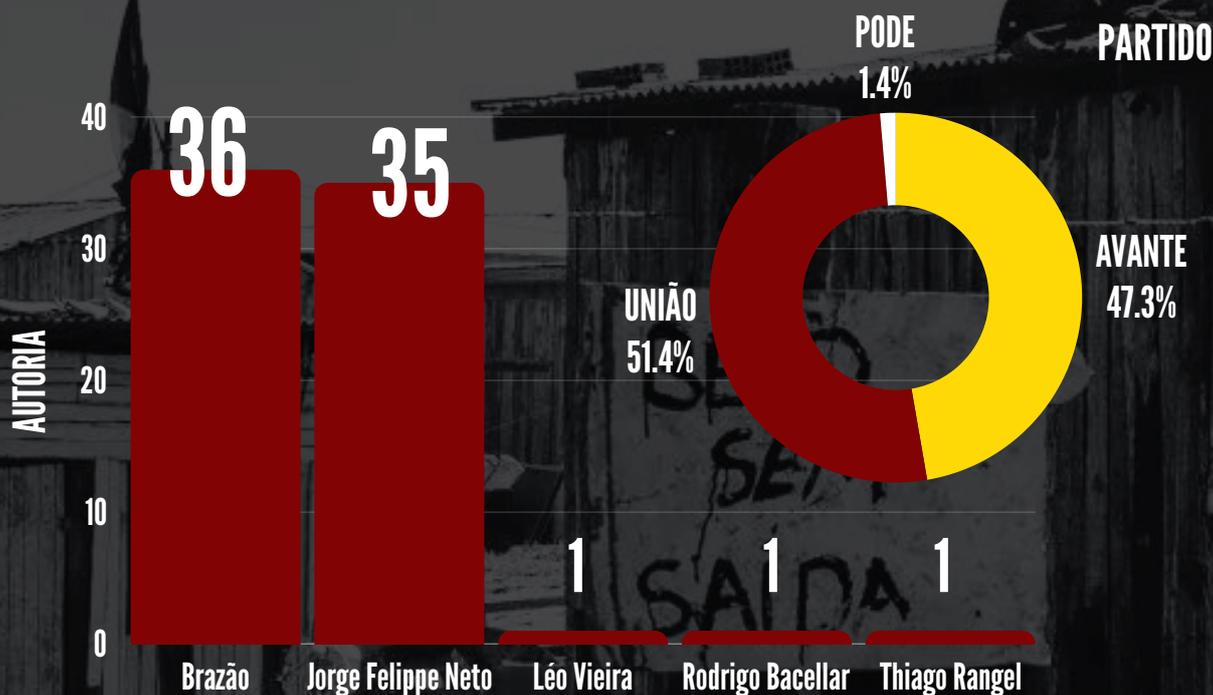
Conforme o observado, o Deputado Brazão solicitou regularização fundiária, como autor ou coautor, para 36 áreas no período de 2021 e 2024. Destes, 6 se encontram na Baixada Fluminense, enquanto o Deputado Jorge Felipe Neto concentrou suas solicitações nos municípios de Angra dos Reis e Rio de Janeiro, no período de 2021 e 2022.



Dentre as indicações solicitadas para o município do Rio de Janeiro pelo parlamentar Jorge Felipe Neto, 25 são localizadas na Zona Oeste, 7 em Angra dos Reis e 3 na Zona Norte, espaços de expansão territorial da milícia. Cabe lembrar que, conforme supramencionado, a disputa de terras, motivada pela expansão territorial da milícia na Zona Oeste do Rio pode ter ligamento com o assassinato de Marielle. Ainda no que concerne ao tema, chama atenção que Angra dos Reis também seja objeto das solicitações, uma vez que há anos vem sendo alvo de investigações pela expansão da milícia da zona oeste do Rio de Janeiro para o território.

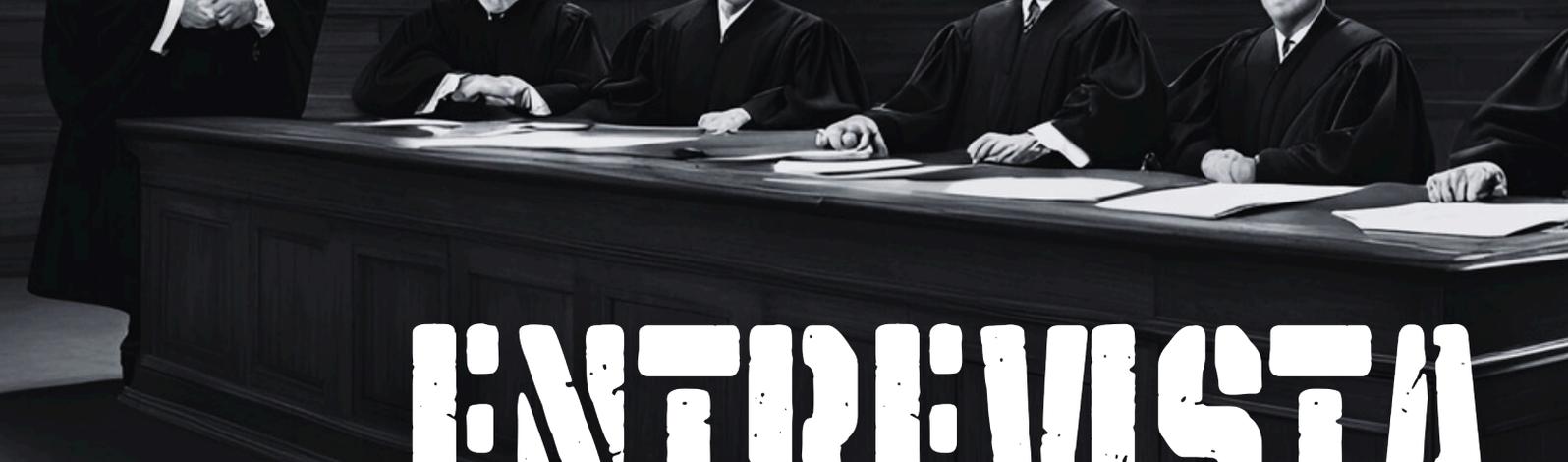
Diante desse contexto, a recente prisão dos irmãos Brazão, com indícios do envolvimento da Família Brazão no favorecimento de ações da milícia, através da ampliação e flexibilização da regularização de terras em áreas dominadas pela milícia, favorecendo a especulação imobiliária e a grilagem de terras, despertam atenção para o relevante número de proposições legislativas envolvendo solicitações de regularização fundiária do Deputado Brazão. A relação imbricada entre segurança pública e a questão fundiária na política pode ser percebida em diversos momentos, inclusive com a presença do empresariado, a exemplo do evento ocorrido recentemente na Fundação Getúlio Vargas (FGV), intitulado Pacto pelo Rio, cujo objetivo era debater a segurança pública, e trouxe também como questão central a questão fundiária. O seminário contou com a presença de empresários, representantes do Executivo, Legislativo e do Judiciário, comunicadores, jornalistas e especialistas e teve entrega simbólica de título de regularização fundiária em Vila Conchita e Amendoeirás na mesa de abertura, além de ser amplamente debatido nas mesas seguintes.

Portanto, tais considerações apontam para o fato de que a máquina estatal, que deveria estar sendo utilizada para promover políticas de reforma urbana, reforma agrária, demarcação de terras indígenas e regularização de terras quilombolas, está sendo desvirtuada com o propósito de promover grilagem e expansão dos negócios comerciais e de prestação de serviços das milícias. **Política Pública pra quem?**



**DOS PEDIDOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA FORAM FEITOS PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS: BRAZÃO E JORGE FELIPE NETO.**

**96%**



# ENTREVISTA

COM PROCURADORES DA REPÚBLICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/RJ

A IDMJRacial realizou uma entrevista com o Procurador da República do MPF/RJ, Júlio Araújo e com o Procurador Regional da República da 2ª Região, Marcelo Freire, para compreender quais as possibilidades de enfrentamento ao poder das milícias que o judiciário está realizando.

Confira a entrevista na íntegra:

**IDMJRacial:** Nos últimos tempos, as diversas frações de milícias têm ampliado sua rede de negócios. Quais negócios foram identificados e receberam denúncias?

**Marcelo Freire:** Crimes eleitorais, prestação de segurança privada ilegal, extorsão de comerciantes, gatonet, crimes contra o sistema de telecomunicações, agiotagem, tráfico de armas e drogas, contrabando de cigarros, exploração de máquinas de caça níquel, loteamentos ilegais, crimes ambientais, corrupção de agentes públicos, dentre outros.

**Júlio Araújo:** No campo das atribuições do MPF, os principais negócios estavam relacionados à grilagem de terras públicas e à exploração mineral, com impactos na devastação ambiental e nos conflitos fundiários.

**IDMJRacial:** Desses negócios, qual chamou mais atenção?

**Marcelo Freire:** Tráficos, corrupção e loteamentos ilegais.

**Júlio Araújo:** A atuação invasiva em áreas de proteção ambiental, inclusive unidades de conservação, chamou atenção pela forma como ocorria, ganhando frequentemente chancela do Poder Público para prosseguir.

Além disso, destaco a tentativa de estabelecer estratégias para enfrentar a rota dos areais, que começa na extração irregular da areia - com impacto em assentamentos rurais - e muitas vezes pode acabar na construção civil.



**IDMJRacial:** Nesses negócios das milícias, há indícios de envolvimento de atores da política institucional.

**Marcelo Freire:** Sim. Não há milícias sem envolvimento de agentes públicos, em especial políticos e agentes da segurança pública.

**Júlio Araujo:** Não atuei especificamente em investigações sobre essas relações, mas é possível dizer que o Poder Público é um ator fundamental na chancela das atividades que carregam essa marca de apropriação de terras públicas e extração de recursos minerais e ambientais. Esse respaldo não aparece como "envolvimento com milícia", mas sempre revestido da defesa de pautas idealmente caras, em tese, a setores da sociedade, como a "regularização fundiária" e a utilização do potencial econômico de uma região - para turismo, comércio e outras finalidades (centro de abastecimento, reclassificação de unidade de conservação).

O fato é que, muitas vezes conscientemente, outras vezes nem tanto, os ilícitos cometidos pelas milícias acabam ganhando no Poder Público o importante árbitro e definidor da legalidade da prática. Desnaturalizar esse processo é um desafio.

**IDMJRacial:** Esses atores políticos fortalecem esses negócios de que maneira/forma?

**Marcelo Freire:** de várias formas, diretamente por meio da aprovação de medidas que favorecem as milícias e indiretamente por meio de influência na atuação dos agentes da segurança pública.

**IDMJRacial:** Temos notícias a partir de diálogos com movimentos sociais de outros estados que há um projeto de milicialização nacional, você acha que esse processo de ampliação da acumulação do capital e toda essa metodologia é fator fundamental para esse fenômeno?

**Marcelo Freire:** sim. concordo com o diagnóstico. acrescento que a autonomia das polícias e a nulidade do controle externo da atividade policial da atividade policial pelo MP Brasileiro também são fatores fundamentais.

**IDMJRacial:** Por fim, quais os caminhos para tentar enfrentar esse processo de acumulação do capital produzido pelas milícias e seu poderio territorial? O que o Ministério Público Federal pode colaborar?

**Marcelo Freire:** o MPF pode auxiliar de várias formas. faz-se necessária a elaboração de um plano federal de combate às milícias.

**Júlio Araujo:** Creio que o MPF pode ser importante ator não apenas na estratégia criminal, fruto do caráter cada vez mais interestadual dos conflitos e delitos, mas também em razão dos esforços para prevenir e enfrentar a apropriação de bens públicos federais. Desnaturalizar esses processos é fundamental, quebrar essa cadeia que ganha normalidade nos órgãos responsáveis pela gestão de terras e meio ambiente.



# RECOMENDAÇÕES

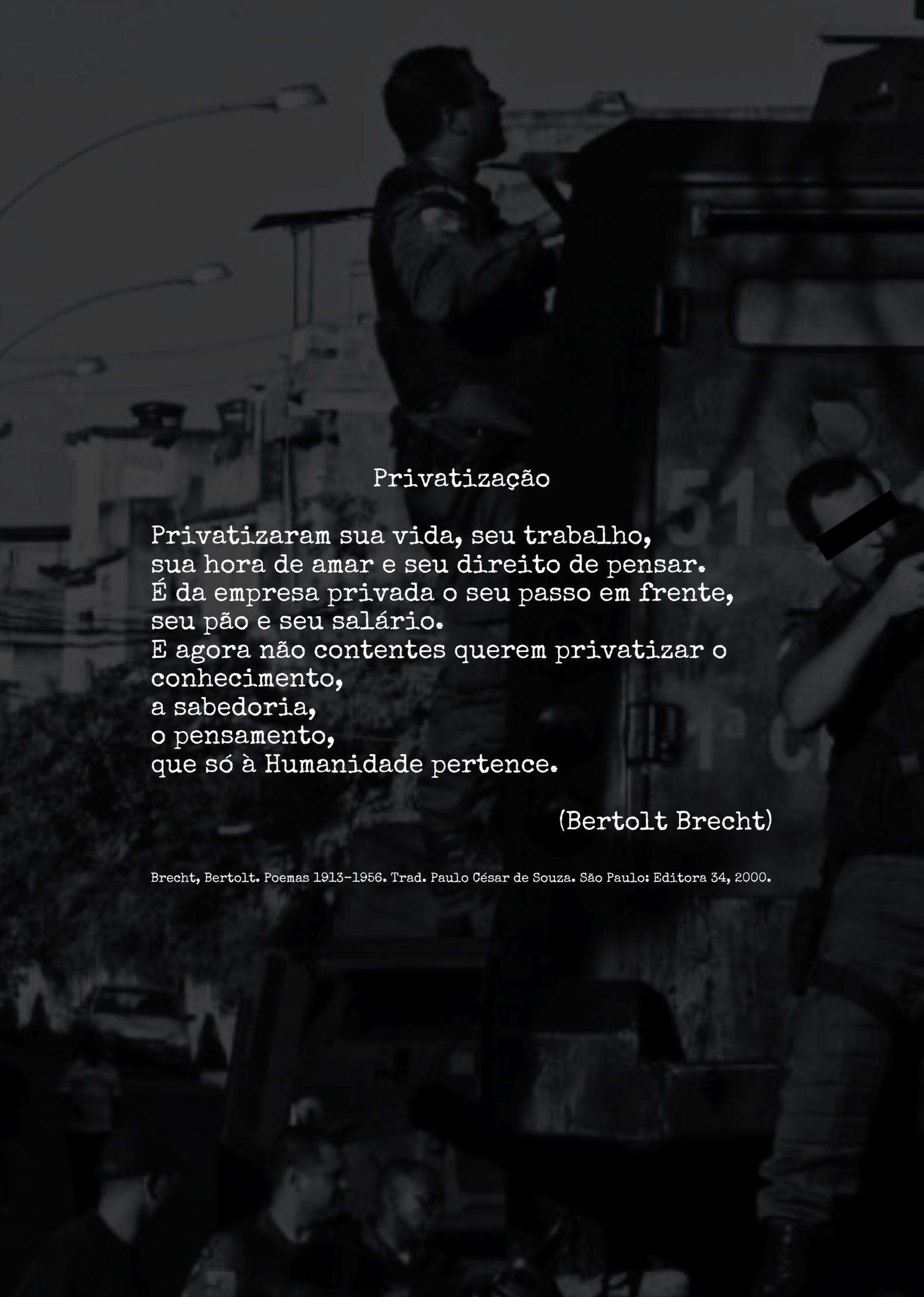


Para pensarmos algum tipo de controle das milícias é de suma importância enfrentar a violência policial e as instituições públicas que hoje fazem as milícias prosperarem dentro da lógica do poder do Estado.

Por isso, deixamos algumas sugestões de regulação e enfrentamento as milícias.

- Identificar as relações de parlamentares e membros do poder judiciário com os negócios dominados pelas milícias.
- Monitorar as produções legislativas que fortaleçam a expansão dos negócios das milícias.
- Que o Ministério Público Federal, com a participação popular, fomentar a criação de um plano federal de combate às milícias baseado em atuação empresarial das milícias.
- Que as operações policiais que resultem em apreensões de dinheiro ou bens financeiros, sejam revertidos para criação de um Fundo de Reparação às Vítimas da Violência Policial.
- Que o Supremo Tribunal Eleitoral possa instituir um monitoramento sobre apoio e financiamento de campanhas políticas por redes milicianas.
- Regulamentação do setores financeiros digitais e plataformas de apostas esportivas.





## Privatização

Privatizaram sua vida, seu trabalho,  
sua hora de amar e seu direito de pensar.  
É da empresa privada o seu passo em frente,  
seu pão e seu salário.

E agora não contentes querem privatizar o  
conhecimento,  
a sabedoria,  
o pensamento,  
que só à Humanidade pertence.

(Bertolt Brecht)



POBREZA  
NÃO É CASO  
DE  
POLÍCIA!!!

LA P  
E D E

## AGRADECIMENTOS

À Baixada Fluminense e a Zona Oeste/RJ.

Que mesmo dilacerada pela intimidação da milícia, o fuzil da polícia e os confrontos do tráfico, seguem produzindo outras formas de vida, baseada em cuidado, coletividade e esperança de um novo mundo para o povo preto.

Nossos respeitos.



**DMJRACIAL.COM**

**f** **o** **#** **@DMJRACIAL**

EXPULSAO EXPULSAO  
SUPEREXPLORAÇÃO EXPROPRIAÇÃO  
MEDO VIOLÊNCIA MEDO VIOLÊNCIA  
TAXAÇÃO MONOPÓLIO TAXAÇÃO  
COMERCIAL ACUMULAÇÃO

